



**Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Fazenda  
Superintendência de Tributação  
Coordenação de Consultas Jurídico-Tributárias**

**Serviço Público Estadual**  
Proc. E-04/079/2666/2016  
Data: 16/05/2016 – Fls.: 33

**ASSUNTO: : RECOLHIMENTOS MÍNIMOS PREVISTOS NOS ART. 2º, §2º DO DECRETO Nº 44.498/13 E ART. 5º DA LEI Nº 4.173/02, APÓS O ADVENTO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 167/15. EM AMBOS OS CASOS, O MONTANTE DO IMPOSTO DEVE SER INFORMADO COMO FECP NA EMISSÃO DO DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO.**

**CONSULTA Nº 068 /2016**

**I – RELATÓRIO**

A empresa consulente vem solicitar o entendimento desta Superintendência de Tributação acerca dos recolhimentos mínimos previstos nos art. 2º, §2º do Decreto nº 44.498/13 e art. 5º da Lei nº 4.173/02, após o advento da Lei Complementar nº 167/15.

A consulente afirma que “*muitas das empresas [...] associadas estão enquadradas nos benefícios do Decreto nº 44.498/2013 e nos benefícios da Lei 4.173/2003*”. E que possui dúvidas relacionadas ao disposto no art. 2º, §2º do Decreto nº 44.498/13 e no art. 5º da Lei nº 4.173/02, as quais surgiram após a edição da Lei Complementar nº 167/15, que alterou, dentre outros dispositivos, o art. 2º da Lei nº 4.056/02, estabelecendo o adicional de alíquota destinado ao FECP em 2%. Assim, apresenta dúvidas sobre qual código de receita deve utilizar quando do pagamento mínimo estabelecido nos mencionados benefícios fiscais.

O processo encontra-se instruído com DARJ referente ao recolhimento da taxa de serviços Estaduais (fls. 5/6) e com cópias reprográficas que comprovam a habilitação do signatário da petição inicial (fls.7/30).

**ISTO POSTO, CONSULTA:**

- 1) *Em que rubrica deve ser feito o recolhimento dos 2% no caso do §2º do art. 2º do Decreto nº 44.498/13, ICMS-ST ou FECP?*
- 2) *Em que rubrica deve ser feito o recolhimento dos 2% no caso do art. 5º da Lei nº 4173/02, ICMS NORMAL ou FECP?*

**II – ANÁLISE E FUNDAMENTAÇÃO**

Preliminarmente, é importante registrar que o Decreto nº 45.607, de 21 de março de 2016, alterou dispositivos das legislações indicadas, em acatamento à Lei n.º 4.056/02, manteve reduções de



**Governo do Estado do Rio de Janeiro**  
**Secretaria de Estado de Fazenda**  
**Superintendência de Tributação**  
**Coordenação de Consultas Jurídico-Tributárias**

**Serviço Público Estadual**  
Proc. E-04/079/2666/2016  
Data: 16/05/2016 – Fls.: 34

bases de cálculos praticadas segundo convênios celebrados no âmbito do CONFAZ na forma da lei, além de outras disposições.

O mencionado decreto relaciona diversos dispositivos de Leis e Decretos que tratam de incentivos fiscais, os quais passaram, a partir de 28.03.2016, a vigorar com o acréscimo de 1% de FECF, em acatamento ao disposto na Lei Complementar nº 167, de 28 de dezembro de 2015, que alterou a Lei Estadual nº 4.056, de 30 de dezembro de 2002, e em conformidade com o determinado no art. 6º da mencionada lei estadual.

Relativamente aos dispositivos mencionados na presente consulta, quais sejam o §2º do art. 2º do Decreto nº 44.498/13 e o art. 5º da Lei nº 4173/02, ressalte-se que eles não constam do referido Decreto nº 45.607/16, logo entendo que não foram modificados em virtude da edição da Lei Complementar nº 167/15.

Superadas essas considerações iniciais, em resposta ao primeiro questionamento apresentado, esclareço que no caso do recolhimento mínimo previsto no §2º do art. 2º do Decreto nº 44.498/13, este deve ser realizado sob o tipo de pagamento: ICMS/FECF, tipo de Documento: DARJ, natureza: ICMS Subst. Tributária Operação Interna - Apur. Mensal, devendo o montante do imposto ser informado como FECF na emissão do documento de arrecadação.

Quanto ao segundo questionamento, na hipótese do recolhimento mínimo previsto no art. 5º da Lei nº 4173/02, este deve ser realizado sob o tipo de pagamento: ICMS/FECF, tipo de Documento: DARJ, natureza: Regime de confronto (débitos e créditos), devendo o montante do imposto ser informado como FECF na emissão do documento de arrecadação.

### **III – RESPOSTA**

Considerando o exposto, (1) no caso do recolhimento mínimo previsto no §2º do art. 2º do Decreto nº 44.498/13, este deve ser realizado sob o tipo de pagamento: ICMS/FECF, tipo de Documento: DARJ, natureza: ICMS Subst. Tributária Operação Interna - Apur. Mensal, devendo o montante do imposto ser informado como FECF na emissão do documento de arrecadação e (2) na hipótese do recolhimento mínimo previsto no art. 5º da Lei nº 4173/02, este deve ser realizado sob o tipo de pagamento: ICMS/FECF, tipo de Documento: DARJ, natureza: Regime de confronto (débitos e créditos), devendo o montante do imposto ser informado como FECF na emissão do documento de arrecadação.



**Governo do Estado do Rio de Janeiro**  
**Secretaria de Estado de Fazenda**  
**Superintendência de Tributação**  
**Coordenação de Consultas Jurídico-Tributárias**

**Serviço Público Estadual**  
Proc. E-04/079/2666/2016  
Data: 16/05/2016 – Fls.: 35

Fique a consulente ciente de que esta consulta perderá automaticamente a sua eficácia normativa em caso de mudança de entendimento por parte da Administração Tributária ou seja editada norma superveniente dispondo de forma contrária.

CCJT, em 23 de junho de 2016.